

# Metodologia para criação de Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária na RFEPCT<sup>1</sup>

Diogo Ferreira de Almeida Rêgo<sup>2</sup>

## Resumo

O texto apresenta a potencialidade da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para o movimento da economia solidária, especialmente na criação de Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária. Para isso o texto traz uma proposta de metodologia para a implantação dessas Incubadoras na Rede Federal. Esta metodologia é embasada na criação das Incubadoras no IFRN (chamada IFSOL) e no IFAL (chamada IFAL ECOSOL), que trabalham de forma articulada em diferentes campi. A metodologia é dividida em três etapas: sensibilização e afirmação; formalização e engajamento; consolidação e expansão. Este artigo caracteriza-se, portanto, por ser um estudo de caso qualitativo, baseado numa observação participante. Para a construção das suas considerações utilizou-se ainda a revisão bibliográfica.

Palavras-chave: Economia Solidária; Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária; Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

## Introdução

Vários movimentos dos trabalhadores surgiram contra a exclusão, opressão e exploração provocada pela Revolução Industrial, como a economia social. No entanto é visível que, embora a Economia Solidária haja aprendido muito com os movimentos históricos (inclusive com a Economia Social), trata-se de iniciativa própria da América Latina, tendo agregado inúmeras formas de manifestações no campo das finanças, da produção, do consumo, da organização comunitária, dentre outros<sup>3</sup>.

Na América Latina, vem-se desenvolvendo práticas de Economia Solidária que a colocam como uma força de transformação social, portadora de um projeto de *sociedade alternativa* no qual outra economia acontece. A perspectiva latino-americana defende, portanto, a ideia de um projeto global alternativo ao capitalismo através do trabalho autogestionário, seja na perspectiva de construção de um modelo de desenvolvimento local e horizontalizado, ou simplesmente enquanto utopia experimental de novas formas de sociabilidade a partir do cuidado e tendo o ser humano no centro das relações econômicas (REGO, 2014).

Em alguns textos que tratam da Economia Solidária não há uma definição

---

<sup>1</sup> Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

<sup>2</sup> Professor EBTT do IFAL. Contato: [diogofar@gmail.com](mailto:diogofar@gmail.com)

<sup>3</sup> Não se pretende afirmar aqui que não haja Economia Solidária em outros continentes, mas nota-se que, em muitos países, a distinção entre a Economia Social e a Economia Solidária não se faz tão clara.

consensual ainda acerca do próprio nome dela, sendo também chamada de economia popular solidária, cooperativismo popular, socioeconomia solidária, entre outros.

Por ser uma iniciativa dos trabalhadores, em geral excluídos do processo produtivo, os Empreendimentos de Economia Solidária (EES) apresentam limitação de recursos e contam com poucas políticas públicas voltadas a suas necessidades específicas. Boa parte desses empreendimentos apresenta dificuldades ligadas à gestão, baixo acesso aos recursos e linhas de crédito, não utilizam técnicas de marketing ou de comercialização, nem tecnologias para melhorar a produtividade e venda de seus produtos (RÊGO, 2014).

As Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária (ITES) surgem para dar conta dessa demanda de formação e acompanhamento por parte dos EES<sup>4</sup> e historicamente tem forte relação com as Instituições de ensino.

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) têm sido um espaço importante para a difusão da economia solidária e surgimento projetos de pesquisa, ensino e extensão, além de Incubadoras. Esse artigo vai apresentar uma proposta de metodologia para criação da ITES nesta Rede com base na experiência empírica do autor na criação das Incubadoras nos Institutos Federais de Ciência, Tecnologia e Educação do Rio Grande do Norte (IFRN, em 2018) e Alagoas (IFAL, em 2022).

O artigo terá uma abordagem qualitativa e descritiva, e irá fazer relações entre conceitos e práticas atuais dos temas abordados. O artigo será dividido em três partes: a primeira falaremos sobre o histórico dos RFEPCT e suas peculiaridades a partir de uma pesquisa documental; depois iremos tratar sobre as Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária a partir de pesquisa bibliográfica; por fim, apresentaremos a proposta para implantação das ITES com base na experiência empírica do autor.

### **A peculiaridade e potencialidade da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**

Criada em 2008 pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), também conhecida por Rede Federal ou os “IFs”<sup>5</sup>, constituiu-se em um marco na ampliação, interiorização e diversificação da educação profissional e tecnológica no país. Vale destacar que de acordo com essa lei a Rede tem que

---

<sup>4</sup> A primeira Incubadora surgiu na UFRJ em 1995 e na época se chamavam Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) (SOLTEC, 2017)

<sup>5</sup> Como será visto mais adiante esta Rede Federal não se resume aos Institutos Federais, mas essa identidade é válida pois os IFs são a grande maioria das instituições.

ofertar no mínimo 50% das vagas para educação profissional técnica de nível médio e 20% das vagas para formação de professores<sup>6</sup> (BRASL, 2008).

Reconhecida pela qualidade do ensino ofertado<sup>7</sup>, pela diversidade de cursos e por sua relevante atuação junto à população e às organizações locais, atua no sentido de potencializar o que cada região oferece de melhor em termos de trabalho, cultura e lazer. Na lei há diversas passagens que são importantes destacarmos nesse artigo:

Art. 6 Os Institutos Federais têm por finalidades e características:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos **diversos setores da economia**, com ênfase no **desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional**;

(...)

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o **cooperativismo** e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de **tecnologias sociais**, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

(...)

Art. 7 Observadas as finalidades e características definidas no art. 6o desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:

(...)

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o **mundo do trabalho** e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à **geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional**;(…) (BRASIL, 2008, grifo nosso)

Uma particularidade da Rede Federal são os estudantes, mais de 70% de seus estudantes têm renda familiar de até 1,5 salários mínimos, e mais de 55% deles são pretos e pardos. A quantidade de mulheres também supera a de homens, sendo elas responsáveis por quase 60% das matrículas. Dessa forma, a maioria dos estudantes dos IFs são de baixa renda e suas famílias são beneficiárias de programas sociais (CONIF, 2023).

Em 2022, a RFEPCT está composta por 38 Institutos Federais, 02 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II. Considerando os

---

<sup>6</sup> Para ser mais exato, está escrito na lei o seguinte: cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional (BRASIL, 2008);

<sup>7</sup> Se, numa situação hipotética, só estudantes da Rede Federal fizessem o PISA (Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes), em 2015 o Brasil teria a décima primeira melhor nota no mundo:

<https://www.intercept.com.br/2016/12/08/estudantes-federais-tem-desempenho-coreano-em-ciencias-mas-mec-ignora/>

respectivos campi associados a estas instituições federais, tem-se ao todo 678 unidades em 578 municípios em todo os estados do Brasil. São cerca de um milhão de matrículas, mais de 11 mil cursos e 80 mil servidores efetivos (professores e técnico-administrativos) (CONIF, 2023).

No ano de 2024 o presidente Lula anunciou a criação de 100 novos Institutos Federais, fazendo com que a Rede Federal seja ampliada consideravelmente, com 140 mil novas matrículas e chegando a 782 campi até o final de 2026, sendo a maior parte das novas unidades no Nordeste (BRASIL, 2024a).

Atualmente a Rede Federal conta com sete mil projetos de extensão (CONIF, 2023), porém essa prática ainda é muito incipiente. Muitos servidores desenvolvem seus projetos sem o devido apoio, e muitos que querem desenvolver projetos não encontram suporte. A maioria desconhece a economia solidária, mesmo os que desenvolvem extensão nas áreas do cooperativismo, associativismo, artesanato, agricultura familiar, agroecologia, dentre outros.

Por outro lado, há uma alta demanda por ações de ensino, pesquisa e extensão na economia solidária em áreas que a Rede Federal atua e tem um vasto conhecimento a partir de seus cursos. Temos diversos exemplos: o curso técnico de meio ambiente pode ajudar na análise de água e solo; o curso técnico de administração pode ajudar em estudos de viabilidade econômica e ações de marketing; o curso técnico de edificações pode ajudar na elaboração de projetos de construção e reforma de sedes dos empreendimentos; o curso de informática pode realizar ações de inclusão digital; enfim, as possibilidades são muitas e o desafio é promover essa integração.

A economia solidária é um tema recente na Rede Federal. A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC), órgão responsável por formular, planejar, coordenar, implementar, monitorar e avaliar políticas públicas de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), dentre elas a manutenção, supervisão e fortalecimento da RFEPCT, divulgou um relatório interno com 33 páginas referente aos programas e ações de 2024. Nele há 32 menções ao empreendedorismo em programas e ações com valor aproximado de R\$ 35 milhões de reais. Já o cooperativismo (que é o termo que consta na lei 11.892/2008) ou a economia solidária não são citados em nenhum momento (BRASIL, 2024b).

### **As Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária (ITES)**

As primeiras Incubadoras do campo da economia solidária e tecnologia social se chamavam de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs). De modo que boa parte das Incubadoras com mais tempo em funcionamento tem esse nome. Com o tempo as

Incubadoras mais recentes com esse perfil foram se chamando de Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária (ITES). Não é possível precisar quando houve ou a motivação para essa mudança, mas pode-se afirmar que as ITES e ITCPs são sinônimas.

Em 2010 é assinado um decreto (7.357/2010) que dispõe sobre o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – PRONINC e regulamenta o que são essas incubadoras, ainda sendo reconhecidas como Incubadoras de Cooperativas Populares:

incubadoras de cooperativas populares: organizações que desenvolvem as ações de incubação de empreendimentos econômicos solidários e atuam como espaços de estudos, pesquisas e desenvolvimento de tecnologias voltadas para a organização do trabalho, com foco na autogestão. (BRASIL, 2010)

A expansão do ensino técnico e criação da RFEPCT eram recentes, e antes da lei de 11.892/2008 não havia, por exemplo, nos CEFETs (antecessores dos IFs), estímulo a extensão. Portanto, na ocasião do decreto é importante salientar que as ITES estavam presentes, sobretudo, nas Instituições de Ensino Superior (IES):

Objetivo: (...) V- formação de discentes **universitários** em economia solidária; e VI - criação de disciplinas, cursos, estágios e outras ações, para a disseminação da economia solidária nas instituições de **ensino superior**. (BRASIL, 2010, grifo nosso)

Não à toa apenas 14% das 84 Incubadoras que foram apoiadas no edital do PRONINC<sup>8</sup> de 2013 eram dos IFs segundo o relatório do programa, sendo que a maioria eram incubadoras recém-criadas<sup>9</sup> (SOLTEC, 2017)

Conforme pesquisa realizada em 2017 identificou-se que havia em torno de 110 incubadoras voltadas para economia solidária em funcionamento no Brasil (SOLTEC, 2017). É importante fazer uma ressalva importante: há muitas iniciativas nas instituições de ensino que atuam com processos de incubação, através de programas de pesquisa e/ou extensão, porém não tem o nome de “Incubadora” e, com isso, não fizeram parte do estudo em questão.

Há dois perfis das ITES: o primeiro perfil são das ITES ligadas às Instituições de Ensino, geralmente públicas, sejam elas estaduais ou federais, ou Universidades ou Institutos; a segunda são as sem fins lucrativos, algumas delas ligadas a Igreja, sindicatos e/ou tidas como Organizações Não Governamentais, e muitas delas também não se dão o nome de Incubadoras (PERISSÉ et al, 2017).

O conceito de incubação mudou muito nos últimos anos. Antes era tido, por

---

<sup>8</sup> Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares

<sup>9</sup> Quando pegamos incubadoras que já existiam, apenas 4,3% eram dos IFs/CEFETs. Já nas novas a porcentagem saltava para 19,5%. Com isso a média ficou em cerca de 14%.

incubadoras empresariais e de economia solidária, como o acompanhamento de um empreendimento desde o seu início até que ele fosse autônomo. Porém hoje é uma prática de acompanhamento de práticas de economia solidária<sup>10</sup> em formação, mas também já consolidadas ou com algum tempo de criada. Isso pode ser confirmado pelo Relatório que avaliou o PRONINC – Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Cooperativas<sup>11</sup>, organizado pela SOLTEC (2017, p. 20):

“A atividade principal das incubadoras é o trabalho de apoio aos empreendimentos, mas as evidências apontam para um “alargamento” do conceito de incubação, na medida em que inclui atividades diversas que vão desde a atuação nos territórios até assessorias pontuais”

Ainda sobre a atividade principal das ITES, importante destacar que muitas dessas iniciativas incubam territórios empobrecidos, usando a economia solidária como uma estratégia de desenvolvimento que tem na democracia econômica sua principal característica:

Nessa perspectiva, a incubação é vista como uma metodologia que compreende o território de uma comunidade como o lócus do processo de intervenção, em que se pode articular diferentes iniciativas de caráter organizacional, produtivo, ambiental e cultural, possibilitando reorganizar os fluxos de trabalho e renda para a satisfação de necessidades materiais e regeneração de vínculos sociais, através de iniciativas de ação coletiva visando à constituição de redes de economia solidária (LEAL, 2018, pag. 81).

Também é importante que cada Incubadora desenvolva uma metodologia que dialogue com a sua realidade. Sendo assim é compreensível a existência de várias metodologias de incubação, e “é preciso respeitar e compreender a diversidade dos contextos em que se inserem as incubadoras e as particularidades dos grupos que são acompanhados” (SOLTEC, 2017, p. 75).

Leal (2018) trata a incubação como um ato pedagógico, e afirma que ela:

assume uma variedade de estratégias, ações e atividades, bem como elabora um conjunto muito diversificado de artefatos para sua consecução. As Ites, na prática pedagógica, empenham-se para formar/capacitar e assessorar sistematicamente, como meio para qualificar a ação política, gerencial, produtiva e comercial dos empreendimentos coletivos em processo de incubação (p. 75)

Os objetivos das ITES são diversos, além de incubar as iniciativas de economia

---

<sup>10</sup> Não são apenas empreendimentos, podem ser territórios, redes, dentre outros.

<sup>11</sup> A pesquisa avaliou o edital 89/2013 desse programa. Uma parceria entre SENAES/MTE, o Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECIS/MCTI).

solidária, elas também produzem conhecimento acadêmico em sintonia com o conhecimento popular, colaboram na construção de políticas públicas, constroem novos métodos e instrumentos de apoio à economia solidária, auxiliam no surgimento de outras incubadoras, formam quadros de trabalhadores para a economia solidária, principalmente entre os estudantes que delas fazem parte, fomentam o tema dentro das instituições de ensino, dentre outras atividades (SOLTEC, 2017).

Também houve fomento, em consequência da atuação das incubadoras, da produção acadêmica em pesquisa significativa acerca de questões específicas ligadas as questões de interesse dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Além disso, a pesquisa avaliou que a atuação das incubadoras tecnológicas de economia solidária constitui um significativo polo de fortalecimento das ações de extensão, especialmente ligadas à geração de trabalho e renda (PERISSÉ et al, 2017).

Para exemplificar em números o que é dito acima, cada Incubadora apoiada pelo PRONINC no período de 2014 a 2016 teve uma média de 28 estudantes envolvidos, 47 publicações acadêmicas, 58 publicações técnicas, 12 empreendimentos com 353 trabalhadores apoiados. A maior parte das ITES não estão nas capitais de seus estados (66,6% no “interior”), mostrando uma descentralização importante das ações (SOLTEC, 2017).

A partir da dimensão e capilaridade da Rede Federal, além da sua missão descritas em lei, pode-se afirmar que uma potencialidade enorme o desenvolvimento das ITES na RFEPCT para o fortalecimento da economia solidária como um todo, pois ambas têm essa interface com o desenvolvimento local, social e econômico, e da compreensão da diversidade das atividades econômicas e organizativas do território. Além disso, pela enorme capilaridade da Rede Federal ela consegue estar em diversas localidades, e muitas vezes os trabalhadores da economia solidária são seus alunos ou tem seus filhos estudando na instituição. Comumente são os empreendimentos solidários rurais que fornecem alimentação ao PNAE em seus campi. Por fim, a peculiaridade dos cursos nos IFs atende a necessidade latente, mas pouca atendida, nos empreendimentos solidários.

Através do portal Integra<sup>12</sup> descobrimos que cerca de 2% dos servidores dos IFs tem alguma menção a economia solidária em seu currículo lattes (KREBS, 2023)<sup>13</sup>. Ambos representam um número baixo se comparado com o tamanho da Rede Federal, portanto há aí

---

<sup>12</sup> Um sistema que, dentre as suas funcionalidades, tem todos os currículos lattes dos servidores dos IFs que aderiram ao sistema.

<sup>13</sup> Pesquisa feita em 24 IFs que fazem parte desse portal que representam cerca de 55 mil servidores. Foi encontrado 1037 servidores com o tema da economia solidária em seu currículo.

uma oportunidade de crescimento.

Em 2024 a Rede IF EcoSol<sup>14</sup> fez um mapeamento e constatou a presença de 18 Incubadoras que trabalham com economia solidária na RFEPCT, com 42 Núcleos, já que algumas dessas iniciativas são multicampi. A maior parte delas trabalham exclusivamente com empreendimentos econômicos solidários. E 13 Institutos Federais tem interesse em implementar ITES, seja a partir da iniciativa de servidores ou de suas pró-reitorias de extensão.

Em agosto de 2024 o Fórum de Pró-reitores de Extensão da RFEPCT (FORPROEXT), em sua reunião ordinária, debateu o tema da Incubação em economia solidária e recomendou que as instituições da Rede criem ITES. Portanto, o contexto é bastante favorável para pautar o tema e desenvolver novas Incubadoras.

### **Proposta de metodologia para criação de Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária nos IFs**

Importante destacar que essa proposta de metodologia é embasada na criação de duas Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária (ITES), uma no IFAL (chamada IFAL ECOSOL) e outra no IFRN (chamada IFSOL). Portanto são metodologias que se adequam ao perfil desses dois estados e Institutos.

Tanto no IFAL como no IFRN a proposta das Incubadoras é que elas trabalhem de forma descentralizada em Núcleos, que é uma peculiaridade quando comparada a outros modelos de ITES. Com isso a Incubadora estaria presente em vários campi e territórios acompanhando iniciativas de economia solidária locais. Esta forma de atuação é peculiar, pois é uma Incubadora organizada em rede, e não uma rede de Incubadoras, ou seja, não são incubadoras autônomas que podem trabalhar conjuntamente em alguma ação específica. Com isso cada Núcleo tem sua autonomia, mas trabalha em rede e em conjunto com os demais membros da Incubadora, inclusive com Núcleos mais desenvolvidos incubando os mais recentes.

Diante do exposto, um princípio obvio do trabalho das ITES é a articulação em rede. E aqui o trabalho de forma cooperativa e articulada não é uma meta ou um objetivo, mas deve ser a forma com que o trabalho é desenvolvido. Num contexto em que o individualismo é mais presente em nossas vidas, na nossa cultura, trabalhar em conjunto com o outro é uma afirmação política, como forma de desenvolver nossas ações.

---

<sup>14</sup> Rede de Economia Solidária da RFEPCT, ou seja, uma articulação de servidores para fortalecer a economia solidária a partir e dentro das suas instituições. Para mais informações: <https://www.instagram.com/redefecosol/>

A IFSOL/IFRN iniciou seus trabalhos no começo de 2018, e foi formalizada<sup>15</sup> em meados de 2019. Já a IFAL ECOSOL iniciou seus trabalhos no segundo semestre de 2022 e foi formalizada<sup>16</sup> em meados de 2023. Em ambos há uma coordenação geral, tendo uma pessoa como titular e outra na vice coordenação, que faz a articulação das ações e da incubadora com a Pró-reitoria ao qual estão vinculados<sup>17</sup>. Cada Núcleo tem um(a) coordenador(a) que participa das reuniões periódicas da Incubadora para trazer as questões dos Núcleos e deliberar sobre outros assuntos. As reuniões são abertas para todos os membros da Incubadora, e é importante que o máximo possível de Núcleos esteja representado. Vale destacar que em ambas as Incubadoras a coordenação geral e local são escolhidos pelos seus membros e há uma rotatividade na função. O princípio da horizontalidade e democracia é importante nesse processo, tanto na gestão da ITES como também na relação com os grupos acompanhados.

Outros princípios devem permear a atuação das Incubadoras. Um deles é a atuação no território a partir do eixo tecnológico do campus e perfil dos servidores envolvidos. Ou seja, a atuação dos Núcleos tem como foco a habilidade daqueles que participam da iniciativa e de colegas que podem colaborar pontualmente com alguma atividade.

Um outro princípio é a formação constante dos membros. A rotatividade de membros, ou seja, saída de uns e entrada de outros é comum pela dinâmica destas instituições. Portanto o processo formativo é relevante para que haja, o máximo possível, o nivelamento do conhecimento entre os membros.

A educação popular também é fundamental em todo esse processo. A metodologia de atuação da ITES deve promover uma relação de emancipação dos trabalhadores e que promova, sobretudo, a cidadania e uma educação libertadora. Deve se valorizar o diálogo entre as diferentes realidades, integrando o saber científico e popular. (FREIRE, 2014).

E, com base na educação popular, reside uma característica importante das Incubadoras do campo da Economia Solidária e Tecnologia Social: as ações se dão no território onde os grupos atuam. Não se tem a pretensão, por exemplo, de mudar a sede de um grupo para atuar no espaço físico da Instituição de Ensino. Ao contrário, é a partir das ações no local onde se dá a prática econômica e solidária que se pode qualificar a atividade desenvolvida, conforme destaca Boff (2002, p.2) a partir de uma frase que ficou conhecida:

**A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam.** Para compreender, é essencial conhecer o lugar social de quem olha. Vale dizer: como alguém vive, com quem convive, que experiências tem, em que trabalha, que desejos alimenta,

---

<sup>15</sup> Aprovado seu regimento no CONSEPEX – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFRN.

<sup>16</sup> Aprovado seu regimento no CONSUP – Conselho Superior do IFAL.

<sup>17</sup> No caso das duas Incubadoras estão ligados as Pró-reitorias de Extensão.

como assume os dramas da vida e da morte e que esperanças o animam (grifo nosso)

A partir de todo o exposto pode-se afirmar que a avaliação da ITES deve ser um processo permanente para saber se ela está atingindo o objetivo proposto, se está agindo de acordo com os princípios e metodologias estabelecidos coletivamente, e se os resultados são satisfatórios a partir do ponto de vista dos seus membros e dos trabalhadores acompanhados.

A proposta abaixo não deve ser encarada como uma receita pronta, mas como uma tecnologia social em construção e que deve ser mudada para se adequar a cada realidade. Fazer avaliações e ajustes deve ser uma constante. A metodologia está dividida em 3 etapas, que por vezes podem acontecer simultaneamente.

#### Etapa 1 – Sensibilização e afirmação

Como visto, a economia solidária não é um tema que tem amplo conhecimento na RFEPECT. Portanto a etapa 1 é imprescindível para que a Incubadora tenha foco e identidade, e que haja pessoas com afinidades na temática participando do processo. Nas ITES do IFAL e IFRN a iniciativa para o início desse processo se deu por servidores<sup>18</sup> que conheciam o tema previamente e/ou tinham trabalhos na área.

A sensibilização aqui é voltada para dois públicos internos: os servidores e a direção. Essa fase é importante para analisar qual o apoio será dado para a iniciativa e quais servidores querem fazer parte dessa construção.

Com a direção o diálogo aconteceu, primeiramente, com as Pró-reitorias de Extensão (PROEX). Neste momento se levou uma proposta objetiva, com plano de trabalho inicial (a ser detalhada na etapa 2), inclusive com perspectiva de recurso necessário para viabilizar a Incubadora. Elas foram atendidas em certa medida e as duas incubadoras começaram com apoio, especialmente para bolsas de estudantes<sup>19</sup>. Com o tempo é natural que a Incubadora crie projetos para captação externa de recursos e não dependa apenas dos recursos internos.

Também nos dois casos foi solicitada pauta no Colegiado de Dirigentes (CODIR, que envolve toda a direção do Instituto, inclusive os diretores dos campi) para apresentar a proposta e sensibilizá-los para fomentarem localmente esse processo.

Com relação aos servidores, no IFRN e IFAL, foi realizada de uma reunião aberta,

---

<sup>18</sup> No IFRN foram quatro servidores e no IFAL dois.

<sup>19</sup> Esse período foi considerado com o das “vacas magras” devido aos cortes de recursos nas Instituições de ensino, portanto num contexto desfavorável, mas é importante destacar que mesmo assim houve o apoio.

divulgada através do e-mail institucional dos servidores com apoio da PROEX. Se recomenda que a reunião seja híbrida para facilitar a participação das pessoas, especialmente as que tem aula no dia e são dos campi do interior. É importante que se faça previamente um mapeamento de servidores já com trabalhos na área para tentar uma conversa direta com eles. Em ambos os casos, a maior parte dos servidores presentes na primeira reunião não faziam trabalhos anteriores com economia solidária, mas se interessaram pela proposta e ajudaram na construção da Incubadora.

Nesta etapa é importante afirmar, tanto nos momentos com a direção como nos momentos com os servidores, o que é a economia solidária e a proposta da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária (ITES). Além disso deve-se ressaltar bastante a peculiaridade de uma ITES, que tem a sua história, tem suas redes nacionais<sup>20</sup>, tem um público-alvo bem peculiar e uma visão política própria, sendo bastante diferentes das Incubadoras de empresas, inclusive no aspecto metodológico. Esse momento foi importante no IFRN e no IFAL, já que existia em ambos um programa de Incubadoras de Empresas ligadas a Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação. Outro ponto que vale focar para dirimir eventuais dúvidas ou confusões, é a diferença entre economia solidária e o empreendedorismo social, evitando assim o entendimento errôneo de que são a mesma coisa.

#### Etapa 2- Formalização e engajamento

Após o momento de sensibilização a Incubadora dará seus primeiros passos, pelo menos formalmente, que é a criação de uma comissão responsável por conduzir o processo de sua implantação. Sua função é construir uma proposta de regimento, definir a coordenação geral e coordenações dos núcleos, o nome e a logomarca da Incubadora, dentre outras questões pertinentes ao contexto. O tempo de trabalho dessas comissões foi em torno de 6 meses e a formalização dos seus membros foi feita via portaria da PROEX.

A forma de composição da comissão é aberta, podendo ser todos que demonstrem interesse ou representantes por campus. As reuniões da comissão eram abertas para agregar novos colegas que tinham interesse em contribuir no decorrer do processo.

A proposta de regimento é importante pois irá definir o que é a Incubadora, como irá atuar, seu funcionamento e estrutura, forma de financiamento, dentre outras questões que o grupo julgue pertinente. O regimento deve ser enviado, debatido e aprovado na instância/órgão em que processos desse tipo costumam tramitar na instituição. No IFRN e no IFAL foram em

---

<sup>20</sup> Como a Rede ITCP e a Rede Unitrabalho.

órgãos diferentes, por exemplo<sup>21</sup>. Embora o relatório do PRONINC aponte que cerca de metade das Incubadoras possuíam algum tipo de formalização (SOLTEC, 2017), é necessário destacar que na Rede Federal a formalização é um processo importante para conseguir apoio institucional. E a partir de formalizada é necessário construir um modelo de relatório que ajude a sistematizar os resultados, avanços e desafios no período<sup>22</sup>.

Outro ponto de destaque é a definição do nome e logomarca. É importante fazer um processo que envolva as pessoas nessa construção e que a decisão sempre seja democrática. Gerar uma identidade visual é imprescindível para que o grupo seja reconhecido pelos colegas do Instituto e pela comunidade externa.

A partir desse momento a formação deve ser um processo constante. Ele é importante pois nivela o conhecimento e devem ser espaços de construção de propostas para a própria incubadora<sup>23</sup>. Outra coisa que deve se buscar é o acompanhamento por alguma outra ITES existente, seja da Universidade ou de outro IF<sup>24</sup>. Ter o apoio externo é importante pois ajuda na construção da metodologia e ferramentas de incubação, a dirimir dúvidas e eventuais conflitos, além de inserir a nova organização dentro do movimento local de economia solidária.

Tanto no IFRN como no IFAL a metodologia de Incubação foi feita com os trabalhos de campo dos Núcleos já em andamento. Porém, preferencialmente, é importante que se defina o quanto antes, até para dar suporte ao novos Núcleos que venham a surgir no processo. Para tanto recomendamos conhecer outras incubadoras e seus trabalhos<sup>25</sup> seja a partir de intercâmbios, encontros ou formações. A metodologia vem acompanhada da construção de instrumentos e tecnologias comuns aos Núcleos, que dão um subsídio importante para o trabalho.

Por fim, importante que a comissão deixe claro quem será o(a) coordenador(a) geral da Incubadora, o(a) suplente, quais núcleos iram começar os trabalhos e quem serão seus coordenadores. Ouvir a sociedade civil organizada nesse processo é importante para saber deles quais as expectativas que eles têm com relação a ITES na Rede Federal, seja a nível local como no nível estadual.

---

<sup>21</sup> No IFRN foi no CONSEPEX (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão) e no IFAL no CONSUP (Conselho Superior, instância máxima das Instituições de ensino)

<sup>22</sup> Tanto o modelo de Regimento como de Relatório pode ser conseguido com as Incubadoras.

<sup>23</sup> Por exemplo, numa formação sobre a economia solidária pode se pensar num método que o grupo construa o seu entendimento sobre o que é economia solidária para a Incubadora.

<sup>24</sup> Nesse caso existe a Rede IF EcoSol que é uma Rede de Economia Solidária da Rede Federal que pode dar um bom suporte para estas novas incubadoras (<https://www.instagram.com/redefecosol/>)

<sup>25</sup> Pode ser feito de diversas formas, através de intercâmbios, artigos sobre a temática, reuniões formativas e lendo o relatório do PRONINC que sempre tem informações que nos ajudam a entender o perfil das Incubadoras e suas concepções metodológicas.

A forma como será conduzida essa etapa é imprescindível para gerar identidade e engajamento nas pessoas envolvidas com a Incubadora. Fazer um evento formal de lançamento, com ampla comunicação e visibilidade para a comunidade interna e externa é recomendável para gerar um marco para a ITES.

### Etapa 3 – Consolidação e expansão.

Quando as ações em campo são iniciadas temos dois casos comuns: o primeiro de servidores que já tem projetos em curso e aqueles que ainda não tem tais ações. No primeiro caso a situação é mais fácil, pois a pergunta é como potencializar a ação já em curso a partir da ação em rede. Inclusive isso acontece mesmo antes do início formal do trabalho da Incubadora. Já no segundo caso a pergunta que aparece é: como encontro esses grupos da economia solidária? E a solução para isso é bem mais simples do que parece. Se no campus tiver o PNAE (Programa Nacional da Alimentação Escolar), por exemplo, a ITES pode ajudar na prospecção de agricultores familiares para fornecer ao campus ou dando assessoria aos que já fornecem. Outra possibilidade é conversar com as entidades locais como Fóruns de Economia Solidária, UNICAFES (União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária), UNISOL (Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários), MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto), dentre outras organizações com atuação no território em que a Incubadora irá atuar. Com certeza haverá algum empreendimento econômico solidário (EES) no território de atuação do seu campus.

Outra dúvida que é comum surgir nessa etapa é: o que vamos ofertar de serviço aos EES? Depende do perfil e formação dos servidores do Núcleo e do eixo tecnológico do campus. Quando surgirem demandas que extrapolem esses dois elementos, aí entra a potencialidade de trabalhar em rede e outros Núcleos são acionados. Uma ação interessante feita no IFRN e IFAL foi o mapeamento das competências dos membros das Incubadoras para facilitar a atuação em rede e o acionamento de algum colega que tenha aquela habilidade requerida.

Para fortalecer o trabalho da Incubadora é importante a realização de intercâmbios para conhecerem outras Incubadoras e outras iniciativas de economia solidária. Deve estimular os membros a escreverem trabalhos, participarem de encontros, seminários, congressos, dentre outros, sobre o tema. Além disso é sugerido que a Incubadora faça uma espécie de planejamento próprio definindo quem ela é (ou quem somos, alguns chamam de missão), onde ela quer chegar (alguns chamam de visão) e seus princípios (que na administração são conhecidos como valores). Mas mais importante que os nomes é que ela seja feita de uma forma que os membros

da Incubadora participem e se apropriem dessas definições. Essas duas ações também podem ser feitas na etapa anterior.

Nessa etapa a ida aos Campus, especialmente os que ainda não tem núcleo, é necessária para ampliar o trabalho da Incubadora. Esta ida vai ocorrer por demanda dos próprios campi ou por uma busca ativa, ou seja, pesquisar onde tem membros com atuação na área. Para isso se faz necessário a definição do que é considerado um Núcleo da Incubadora. É uma definição que deve ser simples num primeiro momento como, por exemplo, ter ao menos um servidor e um estudante que faça um trabalho de ensino, pesquisa ou extensão com ao menos um EES. Outra definição importante é o processo para entrada de novos membros e criação de novos núcleos. Se recomenda aqui que eles passem por algum processo formativo introdutório. Recomenda-se que um Núcleo novo seja “incubado” por um Núcleo já existente.

A Incubadora também deve ficar atenta a gestão da informação interna, fazendo bom uso das ferramentas de comunicação por mensagem e proporcionando fácil acesso as informações e documentos é imprescindível para o trabalho em rede. A comunicação externa é outro fator relevante. Sempre que possível é importante que a ITES esteja presente e alimente as redes sociais, mas sobretudo faça divulgações nos canais Institucionais da sua instituição, em reuniões, em eventos e nos grupos do campus. Dessa forma fazemos com que o público externo e interno ao Instituto esteja informado sobre o que tem acontecido na Incubadora.

É normal que num primeiro momento poucas pessoas se juntem ao processo, mas na medida que o trabalho vai acontecendo, sendo divulgado e reconhecido, mais pessoas se agreguem ao processo.

### **Conclusão**

Comumente muitos servidores questionam que fazer parte da Incubadora dará mais trabalho. Mas a proposta não é essa, ela é só uma forma para que os projetos de ensino, pesquisa e extensão em economia solidária nos IFs possam atuar coletivamente, se ajudando, dentro de princípios comuns. Obviamente que tem momentos formativos e atividades como as reuniões gerais, mas o ganho que se tem nesses espaços otimiza também o nosso tempo. A construção de uma Rede não deve ser o fim, mas o meio para que os trabalhos sejam mais efetivos e eficientes.

Os desafios para a criação da Incubadora são inúmeros, passa por problemas estruturais como a alta carga horária de aula dos docentes, falta de estímulo para desenvolver atividades de pesquisa e extensão pelos técnicos-administrativos, distancia geográfica entre os núcleos, falta de uma cultura de trabalho horizontal e democráticas no serviço público,

engajamento das pessoas dentre outras questões. Porém não foi o objetivo do artigo trazer estes outros debates que, embora sejam relevantes, variam muito de acordo com a cada realidade e deve ser objeto de um estudo específico.

Porém uma coisa é certa, mesmo diante dos obstáculos um fator determinante para o sucesso das ITES são as pessoas! Tanto os servidores envolvidos como os parceiros e trabalhadores que são fundamentais nesse processo.

Podemos resumir a metodologia apresentada no artigo com a síntese abaixo:

Princípios: horizontalidade; democracia; atuação no território; avaliação da ação; formação constante; articulação em rede; educação popular; encontros frequentes; articulação com os movimentos sociais.

Etapa 1: sensibilização de servidores e direção do Instituto; afirmação da diferença para o empreendedorismo e outras incubadoras, e importância de uma Incubadora Tecnológica de Economia Solidária.

Etapa 2: criação de comissão para conduzir o processo de início da Incubadora; definição do nome e identidade visual; construção da metodologia; planejamento; parceria com outras Incubadoras; regimento interno e formalização da Incubadora no Instituto.

Etapa 3: mapeamento dos grupos de economia solidária; definição do escopo de atuação, o que caracteriza um Núcleo; criação de um processo para entrada de novos membros; gestão da informação; comunicação interna e externa; expansão da Incubadora indo nos campi onde não há Núcleos; captação de recurso por outras fontes.

Se espera que a metodologia aqui apresentada sirva de inspiração para que outras Incubadoras surjam, especialmente na Rede Federal. Mas importante ressaltar que é necessário analisar criticamente essa proposta para fazer as adequações metodológicas de acordo com cada contexto.

Esse artigo é um estudo vivo, fruto da vivência desse autor, e que segue em construção. O que acontece, por exemplo, depois da etapa 3? Espero encontrarmos a resposta de forma conjunta e que as Incubadoras que já passaram por isso possam também compartilhar sua experiência para que seja uma inspiração.

O estudo também tem limitações. Por exemplo: em ambos os casos relatados houve apoio institucional para suas criações. Até que ponto esse apoio é ou não determinante? Qual a importância do papel de lideranças que tomem a frente do processo, pelo menos num primeiro momento? São questões relevantes para o êxito das ITES e que podem ser abordadas em outros artigos.

## Referencias

ADDOR, Felipe; LARICCHIA, Camila Rolim. O conceito Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária. In: ADDOR, Felipe; LARICCHIA, Camila Rolim (org.). **INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: concepção, metodologia e avaliação.** concepção, metodologia e avaliação. Rio de Janeiro: Editora Ufrj, 2018. p. 11-22. Volume I. Disponível em: [https://nides.ufrj.br/images/Imagens/programas/SOLTEC/Publicacoes/Incubadoras-Tecnologicas\\_v1\\_1ed2018\\_web.pdf](https://nides.ufrj.br/images/Imagens/programas/SOLTEC/Publicacoes/Incubadoras-Tecnologicas_v1_1ed2018_web.pdf). Acesso em: 20 mar. 2020.

BOFF, Leonardo. **A águia e a galinha.** Vozes, 2002.

BRASIL (a). Decreto nº DECRETO Nº 7.357, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2010., de 17 de novembro de 2010. **Dispõe Sobre O Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares - Proninc, e Dá Outras Providências.** Brasília , DF, 17 nov. 2010.

BRASIL (b). Lei Nº 11.892, de 29 de Dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências..** Brasília , 29 dez. 2008. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm). Acesso em: 01 dez. 2023.

BRASIL (c). CASA CIVIL. . **Governo Federal anuncia 100 novos Institutos Federais no Novo PAC.** 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/governo-federal-anuncia-100-novos-campi-de-institutos-federais>. Acesso em: 30 set. 2024a.

BRASIL. Setec. Mec. **Programas Projetos e Ações.** Brasília: Setec, 2024b.

CONIF (Brasil) (org.). **Conheça a Rede Federal:** conselho nacional das instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Disponível em: <https://portal.conif.org.br/institucional>. Acesso em: 07 dez. 2023.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Editora Paz e Terra, 2014.

KREBS, Josiane Roberta. **Economia Solidária na construção da educação profissional e tecnológica no Brasil: articulando uma nova relação com o mundo do trabalho.** Brasília: Rede If Ecsol, 2023. Color.

LEAL, Leonardo Prates. Princípios e fundamentos para uma tipologia de incubação tecnológica em economia solidária. In: ADDOR, Felipe; LARICCHIA, Camila Rolim (org.). **INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: concepção, metodologia e avaliação.** concepção, metodologia e avaliação. Rio de Janeiro: Editora da Ufrj, 2018. p. 71-97. Volume I.

NÚCLEO DE SOLIDARIEDADE TÉCNICA - SOLTEC (Rio de Janeiro). Núcleo Interdisciplinar Para O Desenvolvimento Social - Nides/ufrj. **AVALIAÇÃO DO PRONINC:** Avaliação participativa, qualitativa e quantitativa das ações do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares. Rio de Janeiro: Multifoco, 2017. 154 p. Disponível em: [http://nides.ufrj.br/images/RelatorioProninc/Avaliacao\\_Proninc\\_2017.pdf](http://nides.ufrj.br/images/RelatorioProninc/Avaliacao_Proninc_2017.pdf). Acesso em: 20 mar. 2020.

PERISSÉ, C. *et al.* A avaliação do Proninc 2017: metodologia e resultados. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, n. 63, 2017. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8133/1/bmt\\_63\\_avaliao%20A7%20A3o.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8133/1/bmt_63_avaliao%20A7%20A3o.pdf)  
Acesso em: 01 ago. 2018.

RÊGO, Diogo Ferreira de Almeida. **A NATUREZA DA COMERCIALIZAÇÃO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA: A CONTRIBUIÇÃO DOS GRUPOS DE CONSUMO RESPONSÁVEL**. 2014. 160 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Multidisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social,, Ciags – Centro Interdisciplinar de Apoio À Gestão Social Mestrado Profissional em Desenvolvimento e Gestão, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.